

# RAÇA & CLASSE

Órgão de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT-DF.

Ano 1, Nº 1, Junho/Julho de 1987 — Brasília - DF

Cz\$ 15,00



## Balada del que nunca fue a Palmares

Lourdes Teodoro

Somos pivetes  
halconistas  
assaltantes  
e quantos mais  
que de Palmares nem  
ares  
que de Palmares  
só os ais

helicópteros  
errepês  
patrulhas  
volks-w  
sobre favelas, baixadas,  
vilas e areais,  
metralhadoras,  
trinta e oitos,  
pistolas e pontapés  
socos e beliscões  
Salve 20 de Novembro

eu, de Palmares,  
nem os ares,  
eu, de Palmares,  
só os ais.

**Racismo e  
publicidade**

p. 7

**O negro e a  
democracia**

Florestan Fernandes  
p. 3

**Pastoral  
do negro**

Entrevista  
p. 4



## Raça & Classe: nossa história

Antes mesmo de vir a público, o jornal RAÇA & CLASSE já conquistou algo em torno de quatrocentos assinantes, o que bem demonstra a credibilidade depositada sobre um trabalho que, em breve, somará três anos. Desde agosto de 1984 que a Comissão do Negro do PT-DF veio juntar-se ao movimento negro na luta contra o racismo e a marginalização de milhões de afro-brasileiros.

O nome escolhido para o nosso jornal define com exatidão a nossa linha política: somos militantes negros do Partido dos Trabalhadores e acreditamos que o traço fundamentalmente definidor de nossa presença na história brasileira é o termos estado sempre vinculados ao trabalho. Durante mais de trezentos e

cinquenta anos fomos **negros para o trabalho**, submetidos ao horror da escravidão. Após a Abolição, a organização do mercado de trabalho livre se faz sobre inequívocas bases racistas e somos, desde então, **trabalhadores negros**, discriminados no acesso ao trabalho, nos salários, nas condições de vida, saúde e educação.

Não há como fugir: pensar **historicamente** o trabalho no Brasil significa pensar o negro. Somos, há séculos, a parcela mais significativa da força de trabalho deste país. Por isso: Raça (negra) e Classe (trabalhadora). Por isso nosso empenho pela superação do racismo que nos separa e divide é também a luta pela construção do socialismo, por uma sociedade justa, livre e igualitária.



### COMISSÃO DO NEGRO

RAÇA & CLASSE é uma publicação da Comissão do Negro do PT-DF. Caixa Postal 152899, Brasília-DF. CEP: 70910.

**Coordenação da Comissão Regional do Negro do PT-DF** – Cecília Luli (coordenadora), Regina Célia Adami (Secretaria), João Carmelino (Tesouraria), Carlos Roberto do Nascimento (Secretaria Sindical), Henrique Gomes (Secretaria de Cultura) e Edson Cardoso (Secretaria de Imprensa).

**Editor-responsável** – Edson Cardoso

**Colaboradores** – Akinyemi O. Adébola, Carlos Roberto do Nascimento (entrevista), Cecília Luli (entrevista), Edson Cardoso, Florestan Fernandes, Grupo Negro de Paranoá, Lourdes Teodoro, Regina Célia Adami (entrevista).

**Diagramação e montagem** – Nair Costa Barreto

**Composição** – Paulo e Jorge

**Fotografia** – Carlos Moura  
Tiragem desta edição – 3 mil exemplares

### ASSINE RAÇA & CLASSE

E fortaleça a imprensa negra que expressa com independência, com total liberdade de opinião e de crítica, os anseios e as reivindicações dos negros brasileiros.

Assinatura semestral – Cz\$ 100,00

Estou enviando **Vale Postal** em favor da COMISSÃO DO NEGRO DO PT-DF para assinatura semestral correspondente a 3 edições do jornal.  
CX. POSTAL 152899 - CEP: 70910 - Brasília - DF

Nome .....  
End.: .....  
CEP ..... Cidade ..... Estado ..... Tel.: .....

## Apartheid controla setor mineral



A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), em pronunciamento feito na Assembléia Constituinte, na sessão de 02 de abril, denunciou o controle da produção mineral brasileira por grupos estrangeiros e conclamou os constituintes a aproveitarem a "oportunidade excepcional para promover mudanças de fundo nas regras constitucionais sobre a mineração."

A deputada petista, em seu discurso, relacionou as empresas de mineração estrangeiras que, aproveitando-se da ausência de uma legislação que efetivamente discipline a participação externa no setor mineral, vêm progressivamente promovendo a desnacionalização das riquezas de nosso subsolo.

Somente a **Anglo American** (grupo da África do Sul) "detém o controle acionário da Mineração Morro Velho, que produz todo o ouro mecanizado brasileiro e 3,8% da prata; da Copebrás S. A., que produz 14,4% da rocha fosfática; da Codemin, que produz 54,3% do ní-

quel; da Mineração Catalão de Goiás, que produz 44,6% do nióbio brasileiro; da Termologás Mineração e Metalurgia, responsável por 32,7% do tungstênio produzido no país; da Miprisa - Mineração Prima, que produz 0,4% do ferro brasileiro; e da Morro Níquel Mineração, que produz 17,9% do níquel, 100% da produção nacional de berilo, material estratégico, e 30% da produção de fertilizantes."

Benedita da Silva afirmou ainda que "há uma crescente ingerência de capitais sul-africanos na economia brasileira, como bem demonstra as incursões da **Anglo American** (do país do **apartheid**) em outros setores além do mineral: no bancário, através do Banco Boziano Simonsen, no de explosivos (assunto extraordinariamente grave no que tange à segurança nacional) e até na exploração da castanha-de-caju, com a compra da empresa Iracema, firma processadora de castanha-de-caju em Fortaleza/Ce."



# O negro e a democracia

Florestan Fernandes

De uma perspectiva negra, há pouco interesse no debate formal sobre a democracia e sobre o papel que a nova constituição pode desempenhar para consolidar uma República burguesa democrática. O regime capitalista lança, aqui, suas raízes no passado colonial, na produção escravista e no apogeu que esta alcançou *depois da Independência*. A escravidão atingiu o seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes mas depois que se constituiu um Estado nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas coloniais de organização da economia, da sociedade e do poder só conheceram sua plenitude quando os senhores de escravo organizaram sua própria forma de hegemonia. O trabalho escravo passou a gerar um excedente econômico que não ia mais para fora na mesma proporção que anteriormente e sobre ele se alicerçou a primeira expansão do capital comercial dentro do país.

A crise da produção escravista prende-se à proibição do tráfico e às represálias inglesas contra os "navios negreiros", procedentes da África. A substituição da mão-de-obra negra tornou-se um problema econômico e político. Havia uma "reserva interna" de mão-de-obra escrava, que se concentrava nas minas e nos centros de produção do Nordeste. Quando o café apareceu como o produto de exportação que iria comandar a vida econômica do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, essa reserva foi deslocada. Todavia, existia uma ameaça sombria: como enfrentar o dilema do desaparecimento do trabalho produtivo? Formularam-se projetos de "preparação do escravo e do liberto para o trabalho livre". Porém, esses projetos não prosperaram tão solidamente como se poderia esperar. Logo se descobriu que a imigração punha à disposição dos fazendeiros e do crescimento econômico urbano outro tipo de reserva de mão-de-obra, a custos baixos. As leis emancipacionistas golpearam ainda mais o modo de produção escravista e fortaleceram as duas preocupações, a da preparação do negro para o trabalho livre e a da importação de imigrantes, como mão-de-obra barata. Por fim, prevaleceu a última tendência. A escravidão se esborou mas o substituto e o sucessor do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro ou então o homem pobre livre, mestiço ou branco, porém sempre marginalizado sob o regime de produção escravista.

Essa recapitulação parece levar-nos a fatos longínquos e sem relação com o presente. No entanto, ela é crucial. A moldura histórica da desagregação do modo de produção escravista e da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre evidencia uma última espoliação dos antigos escravos, libertos e imaturos no Brasil. O negro só encontrou alguma oportunidade de transição balanceada ou quando submergia na economia de subsistência através das migrações que se sucederam à abolição, pois os antigos escravos buscavam as regiões de origem, ou quando permaneciam nas áreas que entravam em decadência e em estagnação econômica relativa. O trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais. Os empregadores consideravam os "trabalhadores livres" recém-chegados uma opção melhor, mais racional e compensadora! Protegida pela experiência de



trabalho nos sobrados e nas casas grandes, a mulher negra dispunha de muitas oportunidades de emprego. O homem negro, no entanto, foi peneirado ou selecionado negativamente. Empurrado para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa remuneração ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão. Em muitos lugares, preferiu não aceitar as oportunidades acessíveis e desenvolveu uma espécie de parasitismo destrutivo sobre a companheira negra. O quadro negativo se completava porque, com o advento da República, só teoricamente era livre e cidadão. Como outros homens pobres, mestiços e brancos, brasileiros e estrangeiros, o negro não é cidadão — nem mesmo um cidadão de segunda ou terceira categoria. O estudo da cidade de São Paulo, que fiz com o professor Roger Bastide, demonstrou que teria de decorrer mais de meio século para que o negro pudesse começar a bater-se pela conquista da cidadania, um processo longo e doloroso, no qual ainda se acha mergulhado.

Essa discussão sugere a complexidade dos dilemas que são enfrentados pelos negros, quando se fala de democracia. Para eles democracia quer dizer de-

democracia racial, uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de "um lugar ao sol" e da "condição de gente". Muitos afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classe e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito fortes. Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou, como profissionais liberais, logo se defrontam com as barreiras raciais. Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras. Para a massa de população negra a questão é ainda mais grave que para suas pequenas elites. Ela se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída. E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas ao mesmo tempo identifica o Brasil como um país no qual reina harmonia e igualdade entre as raças. A armadilha faz

a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se ele fosse responsável pelos "seus fracassos".

Em um estudo que fiz, com dados do censo de 1940, descobri que a distribuição desigual das oportunidades vai das ocupações à educação e é tão forte, em termos relativos, em São Paulo quanto na Bahia. Em estudo posterior, sobre dados mais recentes, Eduardo Matarazzo Suplicy constatou a mesma coisa. Não há, aí, só "comprovação empírica" de um estudo pelo outro. Há algo pior. Cotejados entre si, os dois estudos demonstram como é lenta a transformação das relações de classes que se cruzam com as relações de raça. E como é urgente que o negro se organize, como fez no passado (nas décadas de 1930 e de 1940, em São Paulo e no Rio de Janeiro), em movimentos sociais que tenham por objetivos destruir as barreiras sociais e as barreiras raciais que são obstáculos à sua participação na economia, na sociedade civil, na cultura, no Estado, etc., em condições de igualdade com os brancos de posição de classe análoga. Marx e Engels afirmaram que a emancipação coletiva dos trabalhadores deve ser realizada pelos próprios trabalhadores. Essa afirmação também é verdadeira com referência aos negros. Cabe-lhes conquistar a sua auto-emancipação coletiva, libertando-se de uma situação desumana, ultrajante e insustentável, que nos prende ao passado e a padrões de dominação racial obsoletos.

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido-maior. Ao mesmo tempo, o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades econômicas, educacionais, culturais, políticas, etc., que afetam os estratos negros e mestiços da população. *Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista.* Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por "um Brasil melhor" ou por "uma sociedade justa". O PT precisa avançar muito para acompanhar o processo de luta que emerge por dentro e através desses estratos da população. Porque, nessa esfera, não basta apontar para o caráter emancipador do socialismo proletário. É preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo, que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até ao fim e até ao fundo, a opressão racial.

Florestan Fernandes é deputado federal do PT-SP.



# Pastoral do negro

Organizada em 16 estados, a Pastoral do Negro é hoje um importante segmento do movimento negro nacional. Aqui no Distrito Federal, o "Quilombo da Ceilândia" reúne leigos e religiosos dispostos a combater o racismo dentro da Igreja Católica, alterando ritos, celebrações e consciências no sentido de uma maior valorização de aspectos da cultura afro-brasileira. Através de canções, jograis, visitas às comunidades, encontros de reflexão e debates, a Pastoral do Negro vem obrigando os círculos católicos a uma revisão de práticas racistas seculares, comprometendo a Igreja Católica com a luta de libertação do negro brasileiro.



Irmã Fátima

**RAÇA & CLASSE** - Como surgiu a Pastoral do Negro e quais são seus objetivos?

**Clarisse** - Em 1979, leigos que participavam de grupos de movimento negro, como o União e Consciência Negra, juntamente com padres, irmãs e seminaristas, sentiram a necessidade de começar também um trabalho dentro da própria Igreja, de buscar qual o nosso papel como negro dentro do Cristianismo. Aí começou esse trabalho em São Paulo, como um grupo, ainda sem o nome de Pastoral, todo ano se fazendo encontros de reflexão e aprofundamento, as pessoas querendo saber o que fazem dentro dessa Igreja e até que ponto se está vivo dentro dela como negro. E pará nós aqui do Distrito Federal começou em 1985, quando o pároco de nossa comunidade nos deu a oportunidade de irmos num desses encontros de São Paulo. Antes disso eu não sabia da existência de nenhum outro grupo além do MNU. Mas era uma coisa lá do Plano e nós estávamos na Ceilândia, distantes. E veio essa oportunidade de irmos, eu a Lusa e o Arizon, e foi uma experiência muito rica. Foi maravilhoso chegarmos e nos sentirmos em casa. Foi lindo o momento que eu cheguei e entrei numa sala enorme onde só havia negros. A mesma coisa como se eu voltasse a minha vida no meu eu e visse realmente aquela pessoa que eu sou. No meio de tantos brancos não nos colocamos, não existe aquele momento em que eu possa chegar, conversar, falar realmente na pessoa que eu sou.

Participamos do encontro e de uma celebração muito rica, muito diferente das rotineiras da Igreja Católica, uma celebração com coisas nossas, de nossa cultura negra. E na nossa volta sentíamos um chamado, uma necessidade de transmitir o que nós tínha-

mos visto e sentido em São Paulo, para que outras pessoas pudessem ter essa oportunidade. Queríamos também falar de como nós estávamos esquecidos aqui em Brasília, sem saber dos grupos de trabalho em relação a nós mesmos. Então, nós chegamos na Ceilândia, no lugar onde nós moramos, em que a maioria da população é negra, e também a nível de Igreja a maioria das pessoas é negra, são participantes e nunca tiveram a oportunidade de se ver na missa, de falar assim diretamente: eu, uma pessoa negra que estou aqui participando, dando de mim, levando a Deus aquilo que eu almejo, recebendo de Deus, será que meus irmãos estão partilhando comigo realmente a pessoa que eu sou? E voltamos assim, procurando levar um trabalho na nossa comunidade, avisando nas igrejas que iríamos começar um trabalho de Pastoral do Negro. E fomos relatando para familiares e pessoas conhecidas a nossa experiência de São Paulo, e quantos valores nós tínhamos e não estávamos tendo a oportunidade de colocar em prática para que percebessem realmente as pessoas que nós somos dentro da Igreja. Começamos então esse trabalho com o negro, sempre as pessoas com aquele receio, aquele medo. Aquele embranquecimento na frente que faz uma barreira perante seus olhos e não deixa você se expandir. O medo também. E alguns falavam que era um trabalho muito bonito, mas era uma coisa fina.

**RAÇA & CLASSE** - Uma coisa fina? Explique melhor isso.

**Clarisse** - É, um trabalho bonito mas um trabalho fino. Que se a gente chegar nessa sociedade querendo colocar nossa realidade, esse descolamento nosso, buscando um espaço

para falar e mostrar para os outros as pessoas que somos, nós podemos agredi-los. Então existem pessoas que têm receio de abrir esse espaço que elas têm direito. E essas pessoas nos diziam muitas vezes: "Não, eu já sei o que vocês vão falar, vocês vão falar de samba, essas coisas." Não querendo ver a pessoa que ela também é.

**RAÇA & CLASSE** - O que mudou pra vocês, com essa conquista de um espaço dentro da Igreja para se assumirem como negros?

**Lusa** - Tem sido muito importante nos colocarmos dentro da Igreja assim: antes de sermos católicos, somos negros. E foi uma felicidade muito grande essa descoberta. A partir dela nós começamos a abrir mais e perceber o racismo que existe dentro de nossa própria Igreja. Por exemplo, a situação do catequista negro, que é totalmente discriminado. E também mudou bastante a visão da comunidade, que dá hoje muito mais atenção ao trabalho do negro. Um bom exemplo é a missa de 23 de novembro do ano passado, que teve uma repercussão nacional e internacional devido à forma como a missa foi celebrada.

**RAÇA & CLASSE** - De que forma a missa foi celebrada?

**Lusa** - Foi assim de um jeito mais ligado a nossa cultura, porque nós tínhamos necessidade de celebrar aquilo que cada um sentia dentro de si. Seria uma maneira de pôr pra fora de dar um testemunho dessa caminhada que a gente começa a descobrir. A partir dessa necessidade, nós organizamos a celebração com cantos de entrada, todos cantos negros, e introduzimos algumas apresentações, dentro da celebração, de coisas características do negro.

**RAÇA & CLASSE** - Que coisas são essas?

**Lusa** - O ofertório, por exemplo, foi dançado, com as pessoas que levavam coisas até o altar vestidas caracteristicamente...

**Clarisse** - ... tanto da cultura negra no Brasil, como da cultura negra africana. Principalmente da cultura negra brasileira. Uma pessoa quando vê você com uma roupa estilo Bahia, vamos colocar assim, ela vê você como alguém ligado ao Condômbé ou à Umbanda. E nos vestimos assim, com um turbante na cabeça, para que as pessoas percebessem que essa é uma cultura nossa, está conosco, e que é parte de uma Igreja toda, não só o Condômbé, mas de toda uma religiosidade. E, na oferenda, nós ofertamos o suor do negro, que é quem ergueu e sustenta este país. Ofertamos a cana como símbolo do trabalho do negro na lavoura e ofertamos o mel, o coco e a pipoca, como símbolos do alimento. Apresentamos também uma pessoa com correntes, partidas, representando a força de nós negros na conquista da liberdade. E levamos essas ofertas a todos os que participavam da missa - primeiramente ofertávamos a Deus, porque ele estava sempre conosco nessa caminhada.

**RAÇA & CLASSE** - E quais as repercussões na comunidade dessas mudanças introduzidas na celebração?

**Clarisse** - Nós apresentamos também, relacionado ao ofertório, um jogral que contava um pouco da história do negro no Brasil. Ao mesmo tempo que estávamos celebrando, participando, nós estávamos observando as pessoas e víamos o despertar delas, a descoberta de sua parte nesse sofrimento e nessa história, gente que nunca tinha tido oportunidade de ouvir sobre a verdadeira história do negro. Foi assim durante toda a missa, a partir dos cantos, que procuramos que fossem cantos que dissessem da ale-



gria e do sofrimento do negro. Essa missa de novembro durou duas horas e meia, sendo que uma missa leva geralmente uma hora, uma hora e dez minutos. E foram pouquíssimas pessoas que nós sentíamos que estavam cansadas. Foi incrível a motivação, a curiosidade de ver a cada momento o que estava acontecendo. Durante a apresentação do jornal, nas partes em que se condenava a Igreja pelo seu erro, erro que ela está começando devagarzinho a descobrir, sendo esse descobrimento conquistado por nós dentro dela mesmo, víamos que as pessoas ficavam abismadas com a nossa fala. Outra coisa interessante é o Zumbi que existe em cada um de nós e que a maioria não tinha ainda descoberto, nem ouvido falar, e ele ali foi celebrado como um mártir que viveu e vive como símbolo da resistência negra. Houve também críticas à celebração, daquelas pessoas que não aceitam as mudanças, que não aceitam o atabaque dentro da Igreja, só aceitam o piano e o órgão. E nós colocamos ainda o violão, o pandeiro, o tamborim, e as pessoas dançavam. Aí nós percebemos a importância de ter um espaço para que o bailado do corpo também mostrasse a louvação a Deus. Naquele dia, a gente viu uma coisa maravilhosa: até na hora da comunhão as pessoas riam, até quase chegando no padre, movimentando o corpo, cantando. São pessoas que trazem o sangue negro, o sangue que busca a liberdade total, e a liberdade de onde pode vir maior: de Deus.

**RAÇA & CLASSE** – Qual a participação da cúpula da Igreja nessa articulação de negros cristãos?

**Irmã Fátima** - Clarisse comentava um pouco no início, dizendo todos os passos que o negro vem descobrindo. Mas seria bom que a gente pensasse um pouco na caminhada da própria Igreja, principalmente a partir de Puebla, onde a igreja avalia sua atuação dentro da realidade latino-americana e vê que sua Pastoral não está sendo uma presença salvadora, libertadora, a nível assim da organização da sociedade. Então ela toma uma nova posição, de Igreja profética, e assume que ela deveria ajudar as pessoas a terem mais vida, sua verdadeira missão. Uma das situações descobertas a partir de Puebla foi a situação do negro. Mas foi uma descoberta que, digamos assim, ficou em reunião e papel. Quando você pergunta se é a Igreja, enquanto Hierarquia, que está fazendo alguma coisa, eu respondo que não, não está fazendo nada. A conquista está sendo feita pelos próprios leigos engajados, que assumiram que a Igreja somos todos nós, leigos que já participavam de outros movimentos que tentavam preservar a cultura negra, e por alguns padres negros unidos já com o Candomblé e a Umbanda. Daí é que está surgindo o movimento e não da Hierarquia da Igreja. Gostaria que ficasse bem claro que nossa caminhada dentro da Igreja é uma conquista do próprio negro.

**RAÇA & CLASSE** – Sabemos que não está existindo acordo entre a CNBB e as comunidades negras de base sobre a campanha da fraternidade de 1988, cujo tema será o negro. Falem um pouco sobre isso.

**Irmã Fátima** - Se pediu a opinião dos vários grupos sobre o tema, sobre o lema, sobre os cantos, e quase nada foi escolhido daquilo que as comunidades negras indicaram.

**Clarisse** - "Negro, um clamor de justiça" era o lema que as comunidades queriam e ele foi enviado à CNBB pelo Quilombo Central, núcleo de trabalho da Pastoral Negra. Mas no final o lema escolhido foi "Ouvi o clamor desse povo".

**RAÇA & CLASSE** – E agora, como fica a campanha?

**Irmã Fátima** – As campanhas da fraternidade movimentam o Brasil inteiro. Se o material sai uma realidade real mesmo, vamos dizer assim, aquilo conscientiza o Brasil. Se sai um lema como "Ouvi o clamor desse povo", em cima dele o trabalho vai ser mínimo, não vai mostrar a realidade do negro, que, acima de tudo, é justiça que está clamando. Nossa preocupação é nesse sentido. Houve uma reunião de representantes regionais para avaliar esse desencontro. A gente é Igreja, e decidimos trabalhar o lema escolhido embora dentro de nós esteja, para 1988, "Negro, um clamor de justiça". Foi combinado que em cada comunidade se tentaria criar, articular alguma coisa. As comunidades quiseram manifestar, embora soubéssemos que não ia mudar muita coisa, que nós não estávamos contentes, e então escrevemos à secretaria da CNBB, à presidência da CNBB, ao responsável da linha da música, escrevemos sobre o lema escolhido, sobre as músicas que não dizem nada. Nós não ficamos quietos e estamos tentando articular aquilo que a gente pode.

**RAÇA & CLASSE** – Vocês esperam, para esse trabalho de base que vêm realizando, um apoio tão efetivo da Hierarquia quanto aquele dado, por exemplo, à Pastoral da Terra?

**Irmã Fátima** - Para mim, tudo se resume na palavra **conquista**. Nesses concílios, nesses encontros que existem a nível da Hierarquia, quando se tomam algumas decisões, quando se realizam mudanças na Pastoral da Igreja, não acontece na verdade uma coisa nova que, de repente, a Igreja descobre. Tudo que é mudado dentro da Igreja é porque já acontecia em algum lugar, alguém já estava fazendo e então a igreja assume. Eu penso que nós, negros, vamos chegar lá. À medida que o negro vai se assumindo, vai conquistando espaço, a Igreja não tem outra saída. Se ela assumiu ser profética, se assumiu lutar ao lado das pessoas por mais vida e crescimento, então não dá pra fechar esta porta. Se ela sai fora daquilo que ela já caminhou, ela volta, regride.

## TAGUATINGA: A verdade sobre a abolição



Os militantes petistas empenhados na formação da Comissão do Negro em Taguatinga promoveram, no dia 13 de maio, um debate sobre a abolição da escravatura e a organização do mercado de trabalho livre no Brasil.

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), a professora Lourdes Teodoro (Universidade de Brasília) e Edson Cardoso (Comissão Regional do Negro) foram os expositores convidados e um bom público (em torno de cento e cinquenta pessoas) compareceu ao debate no Teatro da Praça.

Os expositores esclareceram que, quando ocorreu a Abolição (1888), havia já algumas décadas que o Estado brasileiro (representante dos interesses dos grandes proprietários de terras) vinha estimulando e concretamente apoiando sucessivas levas de imigrantes, visando a organização e controle do mercado de trabalho livre. Com base em teorias racistas que afirmavam a

impossibilidade de se construir uma nação com a assimilação do elemento negro, o mercado de trabalho livre que se impôs após a abolição da escravatura vai continuar privilegiando os trabalhadores brancos e marginalizando os negros. Discriminação e marginalização que perduram até os dias atuais. O mercado de trabalho no Brasil tem, além dos mecanismos de exploração capitalista, formas específicas de opressão e marginalização racistas que orientaram e presidiram a sua organização.

A Coordenadora da Comissão Regional do Negro, Cecília Luli, destacou o esforço de ampliação da Comissão nas cidades-satélites e seu compromisso permanente de participação junto aos movimentos sociais.

Além dos debates, houve também uma exposição de fotos de Carlos Cruz, no salão de entrada do Teatro da Praça.



# Notas sobre o Nobel de Literatura

Akinyemi O. Adegbola

Como se quisesse provocar os céticos/cínicos que viram (ou, fatalmente, veriam) na sua premiação um gesto antes político, de parte da Academia Sueca, Wole Soyinka, prêmio Nobel de Literatura de 1986, dedicou seu discurso, quando da entrega do Nobel, a Nelson Mandela (sumo símbolo da resistência) e às lutas heróicas dos sul-africanos oprimidos. Ele ainda declarou ser das necessidades mais urgentes do momento "o fim do racismo, a erradicação da desigualdade humana e o desmantelamento de todas as suas estruturas". E poderia ter sido diferente?

Acredito poder apontar aí, na homenagem a Mandela e no trecho citado, alguns dos traços mais marcantes do homem Soyinka — o sem temor, enfrentando as situações, as idéias (inclusive as preconcebidas), com a bravura de Ogun; Soyinka, o inimigo dos tiranos, da tirania, da injustiça ("e de todas as suas estruturas"), sempre a lutar pela reafirmação do verdadeiramente humano.

Falar de Soyinka sempre foi difícil. Enquanto escrevo isto, aqui ao meu lado um amigo fica comentando que é igual a tentar definir o indefinível, de tão versátil que ele é. É tão difícil prendê-lo a fórmulas feitas ou reduzir suas obras a rótulos. Estas últimas são de uma densidade e complexidade (nos seus diferentes níveis de significação) que, muito longe de afastar o leitor, realmente o prendem à leitura, da qual sai "perturbado" — a reflexão, a busca dos sentidos nunca terminam com a leitura.

Mas o que eu diria a brasileiros sobre Soyinka? Que ele conhece o Brasil e o Brasil não o conhece? Mas o que me deixa um pouco inconformado é o aparente esquecimento em que caiu, pouco depois do anúncio do prêmio e passada a inicial curiosidade pela estranheza de ver um africano ganhar o Nobel. Até agora, nada no que diz respeito à publicação de seus livros ou à encenação de suas peças (o Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro promoveu um jantar comemorativo). Talvez não interesse.

Soyinka nasceu em 1934 — falo nisso apenas pelo que tem de significativo uma infância vivida sob o colonialismo britânico e uma adolescência que assistiu à desagregação do império (sobre o qual "o sol não se punha") e uma vida adulta vivida em plena independência tumultuada nigeriana.

Tudo isso marcou sua vida: a bipolaridade cultural (a africana e a européia imposta), os tumultos e contradições políticas, etc. E marcou também sua obra. Sua maneira própria de conciliar e expor as contradições de sua/nossa vida é o que



Wole Soyinka

representa essa voz gritante que é sua obra. Isto a gente sente desde sua primeira peça, uma peça-parábola, produzida para "comemorar" a independência da Nigéria. Um dos personagens, símbolo da Nigéria, a Meia-Criança, declara quase no final da peça:

*Eu que inda por mãe espero  
Este pavor pressinto  
Nasço já morto.*

(Baile das Selvas)

Seria válido apontar um certo pessimismo epistemológico em Soyinka (lembro de uma declaração sua na qual, acusando a interação entre tirania e corrupção dos líderes e a aquiescência dos liderados, ele fala do "ciclo recorrente da estupidez humana"). Mas Soyinka não se limita a isso. Senão, como explicar sua teimosia em denunciar, acusar (dizem que detesta a palavra protesto, vendo nela um traço de fraqueza), gritar. Diz ele em suas memórias do cárcere, o livro *O Homem Morreu*, que "O homem morre em todo aquele que se cala diante da tirania." E ele não se cala, nunca.

Também não se pense que tal homem é um artista panfletário. Ele que afirma, em recente entrevista, que "a literatura não pode viver do ar. Ela é um produto da ex-

periência que cada um extrai em sua relação com o político, o social, ou com o mítico, se tal o caso. É um produto da sociedade e um reflexo das aspirações que essa sociedade tem", é o mesmo que, em resposta a um crítico que reclamava "uma sólida perspectiva de classe" na sua peça-depoimento sobre a Nigéria dos anos 70, das petro-nairas, diz que a obra de arte "não é uma tese sobre a condição última do homem".

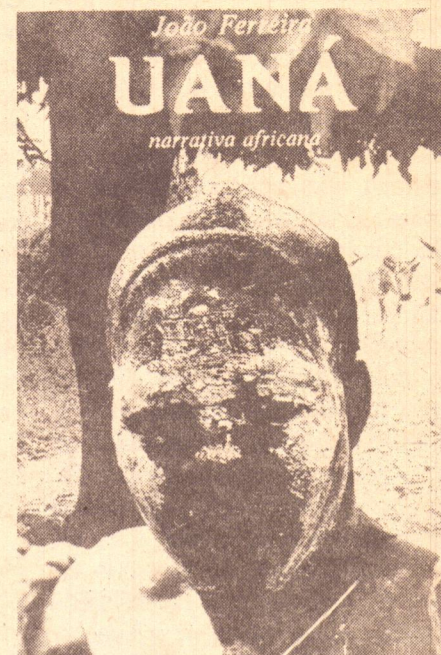
Essa polêmica estimulante com "neomarxistas africanos" (o termo é dele), que foram quase todos alunos seus na Universidade de Ibadan, e passaram a ser colegas na Universidade de Ife, essa polêmica prolongou-se e está manifesta em sua aula inaugural como professor titular de Literatura Comparada e Artes Dramáticas em Ife — "Barthes, esquerdocracia e outras mitologias". Eis então um homem que não teme polêmicas, nem que seja com os próprios companheiros.

Voltando ao discurso do Nobel, lembro-me do incômodo que sempre sinto diante de comentaristas da realidade africana que, para mim, escondem seu racismo atrás de um suposto repúdio aos tiranos e à tirania. Penso por exemplo em Paulo Francis, Alexandre Garcia e outros menos conhecidos como, por exemplo, um cartunista e colunista de *O Globo* (Jimmy Scott), que conclui um comentário malicioso sobre Mobutu e sua comitiva dizendo que "o apetite africano pode ser considerado, no mínimo, voraz". E lembro de ter dito a alguns amigos: "Denúncia de tirano, aceite; mas que se respeite o povo." E Soyinka toca justamente nesse ponto quando acusa a propensão sul-africana a se apresentar como "o último reduto de civilização contra as hordas de barbarismo do Norte", ou de apresentar "o fantasma de alguns barões renegados dos quais somos nós também vítimas — os quais denunciamos diante do mundo e derrubamos quando podemos." São palavras fortes e uma vítima da tirania não deve aceitar ser também vítima dos preconceitos de supostos partidários da liberdade.

A única referência escrita a Soyinka (pré-Nobel) que vi até agora no Brasil (sem o nome) está no livro sobre Cruz e Sousa da Coleção Primeiros Passos, feita por Paulo Leminski. Espera-se que, agora que se discute e reivindica tanto o ensino de história africana e de cultura afro-brasileira nas escolas, se aproveite a oportunidade para se fazer um "descobrimto" da África como um todo, inclusive sua literatura.

Akinyemi O. Adegbola é nigeriano e aluno do mestrado em teoria da literatura/UnB.

## LIVROS



### Uma narrativa portuguesa

FERREIRA, João. *Uaná* — narrativa africana. São Paulo/Brasília, Global/INL/Fundação Nacional Pró-Memória-Minc, 1986.

Teve lançamento ruidoso este ano em Brasília uma narrativa que se pretende africana mas que, no fundo, é uma aventura portuguesa na Guiné-Bissau — com certeza. O autor, João Ferreira, disfarça-se, através de uma inverossímil e insustentável narração em primeira pessoa, em militante guineense (*Uaná*) em luta pela libertação nacional, e supõe ficar, assim disfarçado, muito à vontade e protegido para veicular os preconceitos caros à ideologia colonialista e racista.

Impossível citar aqui todas as aberrações que João Ferreira (português, professor da UnB) colocou na boca do fantasioso libertário guineense. Um exemplo: "O homem manjaco, na linha da tradição negra, não é muito propenso à contemplação (. . .) Por esse motivo não tinha no sangue propensão para meditar. Olhava o meu canhoto de barro. Olhava as duas galinhas do mato que levaria para casa." (p. 37). Quem tem propensão sangüínea para a meditação, para o pensamento abstrato? O branco, suponho. Para meditar, para civilizar, para colonizar.

E mais: a religião dos "silvícolas" é "feiticismo" (p. 16) ou "superstições animistas" (pp. 57, 97 e muitas outras). *Uaná* aprende com um mentor branco (o "papai branco") as glórias da civilização, libertando-se de tudo que se relaciona com sua origem africana. Aprende que é indispensável a presença branca na África porque "Na minha opinião, o branco poderia ser considerado elemento de equilíbrio no meio das rivalidades tribais" (p. 87). Quando a criação revolucionária de João Ferreira está sendo interrogada pela repressão portuguesa, repete bonitinho as lições de seu "papai branco": "Não obstante ser nacionalista, partidário da independência dos povos da Guiné, quero deixar bem claro que sou contra a subversão. Respeito, além de tudo, as instituições, a autoridade e as culturas do Ocidente." (p. 136). É dose.

O Ministério da Cultura, um dos co-editores da obra, e que diz ter uma assessoria para assuntos afro-brasileiros, deveria cuidar melhor onde põe os pés e a pouca grana que diz ter. Se não vai dar nisso aí: velharias racistas e colonialistas travestidas de aventura revolucionária. Uma lástima.

Edson Cardoso

### OUTROS LANÇAMENTOS

*Quizila*. Contos de Cuti. São Paulo, Quilombohoje, 1987.

*Retrato em Branco e Negro* — jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

*A Escravidão Africana* — América Latina e Caribe. Herbert S. Klein. São Paulo, Brasiliense, 1987.

## Gente nova na MPB

A noite da terça-feira, 12 de maio, no Bar Mistura Fina, na 209 Norte, confirmou a garra e o talento de um grupo de jovens artistas negros que vem se apresentando com sucesso nos bares da cidade. Zé da Flauta (transversal), Henrique Gomes (violão)

e a vocalista Maria José Araújo (Mazé) mantiveram a casa lotada, ao som da melhor música popular brasileira, até o início da madrugada.

Maria José, 21 anos, é, entre os novos valores, reconhecidamente uma das melhores intérpretes de Gilberto

Gil, Djavan e Caetano Veloso. No Mistura Fina os aplausos quase abafaram a sua interpretação de "Se eu quisesse falar com Deus", de Gil. O grupo não vai parar por aí. Podem apostar.



# Publicidade e Racismo

Edson Cardoso



Um exemplo da propaganda racista sul-africana. Dois mundos: o mundo branco "civilizado" e a "natureza selvagem". E os vinte e cinco milhões de negros?

O governo racista da África do Sul sempre soube utilizar com eficiência os anúncios da propaganda turfstica para veicular os valores e os objetivos da política do apartheid. Esses anúncios ocuparam grandes espaços na imprensa brasileira, até que os protestos do movimento negro conseguiram que muitas publicações, como *Veja* e *IstoÉ*, deixassem de veicular os coloridos apelos de Pretória.

Isso não significa que tenhamos ficado livres nem da propaganda sul-africana (emissões de rádio, jornais e revistas, slides e filmes fazem circular intensa e livremente entre nós a mensagem do apartheid), nem tampouco do racismo de nossos meios de comunicação.

Jornais, revistas, TVs cumprem o importante papel de apoiar e reforçar a discriminação e o racismo que caracterizam a sociedade brasileira, só que a propaganda

é eficiente e atinge seus objetivos na medida em que consegue dissimular a mensagem racista que veicula.

De vez em quando, rompe-se o véu da dissimulação e a mensagem surge crua, chocante, gerando protestos. Assim ocorreu no ano passado com o anúncio produzido pela CBBA-Propeg (ver revista *IstoÉ* de 7/5/86). O anúncio ("Defeito de fabricação") afirmava sem disfarces que há pessoas (negras, como mostrava a foto) que já nascem marginais. E que por isso não deveriam nascer. Para impedir que se manifestasse uma programação genética com tendências à marginalidade e ao crime, as pessoas deveriam procurar os cuidados do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, uma clínica baiana e racista para controle da natalidade.

Na maioria dos casos, porém, a coisa é mais sutil. Vamos examinar um anúncio

da C & A ("Vestidos - Abuse/Use"), veiculado no suplemento *Domingo* do Jornal do Brasil de 18 de janeiro deste ano (ver foto).

No anúncio, moças brancas exibem a moda jovem de verão diante de um carrinho de sorvetes e picolés e de seu vendedor, um jovem negro (também vestido pela C & A). As moças brincam felizes, formando um grupo homogêneo - na altura, na arrumação dos cabelos, nos gestos de alegria. As moças se tocam, se olham, curtem a moda, a estação, o seu grupo. A felicidade af tem origem em duas identidades: uma, com o clima, a estação, através da moda-verão; outra, com o grupo. Reconhecem-se no grupo, identificam-se.

O jovem vendedor negro, inclinado sobre o carrinho de sorvete, também está feliz. Sua felicidade é, porém, de natureza bem diversa daquele que envolve o grupo de moças. O vendedor está feliz porque

serve. Sua roupa está identificada com o seu serviço. Verão, para o jovem negro, não é lazer, mas trabalho. Paralelamente à harmonia do grupo branco, coloca-se a harmonia do negro e seu trabalho. As moças brancas *humanizam-se* no prazer, na gratificação lúdica, no reconhecimento de cada uma no grupo. O jovem negro *coisifica-se*, preso à sua função, agarrado ao carrinho de sorvetes. Sua felicidade está relacionada a sua capacidade de servir o grupo branco.

Assim, ou colocando-se a serviço da esterilização da mulher negra, propondo medidas de controle da natalidade com base na teoria racista do "crime congênito", ou fazendo circular velhas imagens do negro cuja felicidade é estar servindo os brancos, os anúncios da imprensa brasileira cumprem com eficiência seu papel de veicular os preconceitos e os interesses dos grupos brancos dominantes.

## Escavidão e Centenário da Abolição

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional (Goiás) encaminhou, no mês de abril, aos ministros do Trabalho, da Justiça e da Reforma Agrária mais uma denúncia envolvendo a sujeição de trabalhadores a regime de trabalho escravo.

Dezenas de lavradores de Porto Nacional foram recrutados no ano passado por empreiteiros de mão-de-obra (gatos) para trabalhar em diversas fazendas do município de Santana do Araguaia, estado do Pará (uma delas de propriedade da Volkswagen), e a denúncia do Sindicato Rural de Porto Nacional se baseia no depoimento de seis trabalhadores que conseguiram fugir do horror criado pela estrutura agrária brasileira.

O sistema já é bem conhecido: aliciamiento, deslocamento da região, trabalho forçado sob a guarda de uma bem armada milícia privada, sevícias, malária, endividamento, revenda para outros "gatos", impunidade.

Os ministros aos quais o Sindicato encaminhou a denúncia também já estão mais que cientes de qual o regime de trabalho vigente em pelo menos duas centenas de propriedades agrícolas. No final do ano passado, a Coordenadoria de Conflitos

Agrários do Mirad, com base em milhares de denúncias remetidas ao ministério através de cartas, ofícios de entidades sindicais, manifestos de associações, abaixo-assinados, etc., elaborou um relatório de 156 páginas denunciando o sistema de exploração da força de trabalho.

A Comissão do Negro do PT-DF, tendo em vista os preparativos que já se anunciam para "comemorar" o Centenário da Abolição da Escravatura (1888-1988), distribuiu dezenas de cópias do relatório do Mirad entre militantes do movimento negro, com o fim de contribuir para que o Centenário da Abolição possa vir a se transformar numa oportunidade para se discutir amplamente as condições do trabalho hoje no país.

Eram negros os lavradores de Porto Nacional que estiveram em Brasília, no mês passado, para denunciar os que escravizam impunemente, acobertados pela imensa concentração das terras nas mãos de poucos e poderosos proprietários. Passados cem anos da abolição formal do regime escravista, a luta continua e o registro do Centenário deve ampliar a mobilização e organização do movimento negro em estreita articulação com a mobilização e a organização dos trabalhadores em geral.

## Receita de Francis para eliminar racismo

Segundo Paulo Francis (Folha de S. Paulo/4 de abril de 1987, p. 42), a "única maneira de acabar, ou minorar, o racismo é pela miscigenação". Miscigenar af significa embranquecer, e o racismo vai acabar quando se conseguir acabar com o negro. Paulo Francis tem razão é quando diz que "é o tipo de troço que ninguém tem coragem de dizer de público". Ele tem, racista mais que assumido.

Numa outra coisa, porém, o Francis está enganado. O embranquecimento não é a única forma de se eliminar o racismo pelo aniquilamento da raça negra. Há outras, muitas outras.

Uma outra forma vem revelada no documento recentemente divulgado pela Anistia Internacional (fev./87) sobre a pena de morte nos Estados Unidos. O racismo é, segundo o relatório da Anistia, um fator determinante na aplicação da pena de morte. As pessoas negras consideradas culpadas de assassinar pessoas brancas são condenadas à morte com mais frequência do que as pessoas brancas acusadas de assassinar outros brancos. E mais: poucas vezes brancos foram condenados à morte por terem assassina-

do negros. Das 70 pessoas executadas nos EUA desde 1976, 60% eram negros, 26% eram brancos e 2 hispânicos.

Entre nós, e também com a marca ostensiva da discriminação racial, a pena de morte não precisa de nenhum amparo legal para ser aplicada diariamente nos quatro cantos do país. Além dos linchamentos e das execuções levadas a cabo por rotas, esquadrões e latifundiários, a esterilização em larga escala da mulher negra (dita planejamento familiar), as altas taxas de mortalidade infantil e as condições subumanas do trabalho no país são algumas das formas de eliminação da raça negra.

Há ainda o embranquecimento por via não-biológica, aquele difundido amplamente pelos meios de comunicação e pelas escolas, que deforma e nega valores culturais e religiosos, fazendo a cabeça da população negra.

São muitos os caminhos do genocídio (assassinando, evitando nascimentos, submetendo a condições de vida e trabalho que levem ao aniquilamento, negando e deformando valores culturais e religiosos, etc.). Paulo Francis, com a velha receita da miscigenação, escolheu um deles.





Foto: Carlos Cruz

## VILA PARANOÁ: da Senzala ao Quilombo

Nosso país, sem possuir nenhum muro de Berlim, vive uma grande divisão, não entre ocidentais e orientais, mas entre ricos e pobres. Se em muitos lugares esta situação é mascarada ou escondida, Brasília não foge a esta regra. Para quem chega de fora, é uma cidade do século XXI, onde tudo é planejado. Mas aos poucos, vai-se descobrindo que isso não passa de uma miragem — é uma *ilha da fantasia*, cercada de problemas por todos os lados.

A fantasia é para os moradores das mansões do Lago Norte e Lago Sul, onde nada falta. Os problemas ficam por conta dos moradores das cidades-satélites onde os alugueiros astronômicos os estão empurrando para as favelas; onde o ensino é deficiente; onde o transporte é difícil e onde as distâncias isolam as pessoas.

No final do Lago Sul, fora da *fantasia*, existe uma dura realidade que é a "invasão" do Paranoá, que agora é chamada *Vila do Paranoá*. O surgimento deste núcleo está ligado à construção da barragem do Lago Paranoá, que banha o Palácio da Alvo-

rada e as mansões da região. Durante estes 28 anos, as pessoas que para lá se dirigiram o fizeram fugindo do aluguel, ou com a expectativa de poder morar em Brasília de maneira mais econômica. Agora a vila conta com cerca de 30 mil habitantes!

Como toda favela, Paranoá é uma mistura de senzala e quilombo. A história inicial é mais de senzala, pois ali se concentrou a grande parte da mão-de-obra que servia às mansões, residências destes novos senhores de engenho.

Durante muito tempo a população local foi *assistida*: eram os programas da LBA, Projeto Rondon, INAN, Comunhão Espírita, Vicentinos, grupos de boa-vontade. A Igreja Católica e as igrejas Evangélicas não fugiam muito a este esquema.

Foi somente a partir de 1979 que a população, através de alguns grupos mais politizados, começou a perceber que sem uma organização forte, aquela situação nunca mudaria. Assim surgiu a Associação de Moradores, que, com altos e baixos, tem levado o trabalho até hoje.

A última diretoria, vinda de um trabalho popular e combativo, tentou mostrar que não é com assistencialismo ou com dependência do governo que o povo irá conseguir uma situação melhor. As idas ao governador não eram mais para entregar abaixo-assinados que não resolviam nada, mas organizavam-se verdadeiras caravanas de moradores, que chegaram a ir com latas vazias exigir a urgente solução do problema da água e da fixação.

A senzala estava se mexendo e isto preocupava os donos do poder. Esta preocupação transformou-se em medo quando cerca de 700 inquilinos resolveram, num ato simbólico e efetivo, construir mais de 400 barracos em apenas dois dias.

A repressão foi terrível, embora o fato estivesse acontecendo às vésperas das eleições. É claro que o governo logo culpou os políticos e os "oportunistas" pela iniciativa do movimento, esquecendo-se de que a miséria e a exploração em que o povo vive são uma força muito grande e perigosa.

A guerra estava declarada. Os escravos estavam rebelados e era preciso afastar os cabeças do movimento, identificados com os diretores da Associação de Moradores. Uma estratégia muito bem articulada foi feita. Por incrível que pareça, o governo conseguiu convencer partidos ditos de esquerda, como o PCB, PDT e PMDB, para se unirem ao PFL, PDS e aos agentes do Serviço de Segurança, que junto aos crentes e comerciantes deveriam derrotar a proposta popular e independente.

Se a nossa chapa não venceu, os 36% que nela votaram sentiram que o que estava em jogo era mais do que uma simples eleição de diretoria: era a luta pela independência da organização popular, pela fixação da favela e, sobretudo, a luta dos pequenos contra os donos do poder!

Mas essa luta não vai parar, pois uma parte da senzala acordou e agora queremos que ela se transforme num quilombo de independência e de fraternidade!

Grupo Negro do Paranoá